

IMIGRANTE NA CIDADE

PARADOXOS E PLEONASMOS

Leonardo Cavalcanti *

A medida que o mundo contemporâneo está se tornando cada vez mais complexo, em que o saber local é constantemente retroalimentado pelo conhecimento global, as chamadas migrações internacionais vêm ganhando um dinamismo singular nos últimos anos. Quando se contemplan as importantes transformações geopolíticas do ocidente, sobretudo aquelas ocorridas na travessia do século XX, observa-se como essas mudanças, que foram de diversas ordens e em esferas distintas da sociedade, também alteraram as imagens e as idéias sobre as migrações. Se as mobilidades humanas, como já se sabe, foram uma constante através das páginas da história, nas últimas décadas, o fenômeno migratório vem se constituindo como um processo fértil para ler e entender a dinâmica das grandes cidades do planeta, que no dizer de Castells (1999), trabalham como “gestoras” do atual processo, real ou imaginário, da globalização.

Mais ainda, caso se parta da hipótese de que se entende com mais clareza a lógica do funcionamento dos sistemas sociais quando se analisa o que está nos seus limites, nas margens, nos pontos de exclusão, então é possível afirmar que os imigrantes contemporâneos, na sua condição extrema de estigmatização social, conformam a imagem do que se rejeita na cidade e, portanto, permite uma análise pormenorizada sobre as próprias lógicas da ordem urbana. A sua condição paradoxal de estar *aqui*, na cidade, mas ser constantemente imaginado como um

intruso ou forasteiro que pertence a algum *ali*, a um outro lugar, evoca uma incoerência em torno à sua figura como ator social. Além disso, provoca o questionamento sobre quem pode e deve ser reconhecido como imigrante no espaço urbano, já que se trata de um lugar marcado pela mobilidade, pelo instável e que está constantemente se estruturando.

Apesar das críticas feitas à Escola de Chicago, entre os méritos que são atribuídos aos seus teóricos, está, sem dúvida, o fato de terem colocado em evidência a formulação de que a cidade somente pode ser entendida como um espaço de heterogeneidade irrestrita, em que não só tolera as diferenças, senão que a fomenta. A corrente a que pertenceram Park, Wirth, Burgess, Mackenzie e Whyte, entre outros, esforçou-se em constatar que o espaço urbano se caracteriza justamente pela inexistência de uma realidade dotada de certa uniformidade. O espaço público, entendido desde a lógica dos teóricos de Chicago, constitui-se como um lugar heterogêneo e como um amálgama de microsociedades, que está formado basicamente por pessoas oriundas de outras cidades, do campo ou de outros países. O fenômeno migratório representaria, assim, o alimento indispensável para que a cidade possa se reproduzir e sobreviver.

Contraditoriamente, em espaços urbanos complexos, marcados pela sinfonia das diferenças, como podem ser as grandes cidades européias, o discurso dominante, político, da mídia e, em parte, também acadêmico, empenha-se em apresentar o fenômeno da imigração como

um “problema”, quando, na verdade, é a solução para garantir a sobrevivência da cidade.

A imigração não-comunitária se converteu em um tema comum dentro da órbita européia, compartilhado tanto pelos formadores de opinião pública, pelas universidades, pelos meios de comunicação de massa, pela conversa informal no meio popular, pelas instâncias políticas. Todo mundo se sente no direito de “opinar” sobre o que fazer com “eles”. Cada vez mais, produzem-se eventos e atividades relacionadas com os imigrantes nos mais diversos âmbitos de notícias, programas de televisão, declarações políticas, campanhas de beneficência, congressos, seminários, jornadas de sensibilização, que já formam parte do cotidiano dos europeus, em que, muitas vezes, transformam o fenômeno da imigração como um problema que possui uma *presença aparentemente definitiva*.

Um sujeito que acaba se convertendo, paradoxalmente, em “outro”, o que não deixa de ser um disparate, pois atribuir a determinados personagens urbanos o estereótipo de “diferente” seria escorregar em um pleonismo, dado que nos contextos urbanos todo mundo é de fato um “outro” entre muitos “outros”. O paradoxal é que em cidades como Madri e Barcelona, por exemplo, consideradas como “cidades globais”, para utilizar uma expressão de Sassen (1991), em que se pode confirmar que o núcleo central dessas sociedades está caracterizado justamente pela diversidade, todos são de fato “diferentes” e “outros”, entretanto aos imigrantes sobram os

discursos que os estigmatizam e rotulam as suas diferenças. Aqui se está diante de um paradoxo das sociedades contemporâneas, nas quais todas as "diversidades" não são igualmente valorizadas.

A indefinição e a ambigüidade na hora de definir a quem se deve atribuir o qualificativo de imigrante na cidade, estão fundadas em argumentos que contradizem o reconhecimento e o registro do espaço público como um lugar mergulhado na diversidade. Pensar a cidade como um ambiente cultural coeso e invariável é formular uma de suas antíteses, pois nela se produz um oceano de gentes, em que as dessemelhanças de formas, cores e movimentos orquestram esse mar de outros, no qual coexistem muitos *outros distintos*. Cabem, por conseguinte, as interpelações: Por que, em um espaço em que todos são diferentes, algumas diferenças incomodam tanto? Se a migração é de fato um fenômeno, o que justifica os discursos que insistem em apontá-la como um problema? Quem na cidade deveria ser reconhecido como imigrante e por quanto tempo?

O presente texto procurará aprofundar questões como essas, assim como refletir sobre a construção simbólica da figura do imigrante. Um personagem que é constantemente apontado como dono de um lugar diferenciado, lugar do outro, do estranho, do intruso, do forasteiro e, geralmente, é associado a um problema a ser resolvido, quando, na verdade, representa a vitalidade, a renovação e a continuidade da cidade. Essas contradições, que serão matizadas a seguir, não deixam também de denunciar alguns dos paradoxos do mundo contemporâneo, pois, de acordo com Garcia Canclini (1990), ao mesmo tempo que vivemos em uma época de fraturas e heterogeneidades, de segmentações dentro de cada repertório nacional, cujos próprios grupos locais se comunicam e se identificam de forma fluida com ordens e símbolos transnacionais, não cessam os discursos que não se cansam de apontar que a presença dos chamados imigrantes representa uma "ameaça" e um "problema" para as cidades contemporâneas.

UM RACISMO SEM RAÇA

No tocante ao protagonismo dos estudos antropológicos sobre o fenômeno migratório contemporâneo, não cabe nenhuma dúvida que um olhar em profundidade é a mirada que melhor identifica o labor antropológico ao refletir sobre a imigração e os migrantes. No entanto, observa-se com frequência, como nos meios de comunicação, nas declarações políticas, nas conversas informais, etc., recorre-se sistematicamente às contribuições antropológicas, por meio de enfoques curtos, intervenções breves, aproximação de fatos de modo superficial, o que seria a antítese mesma da pesquisa antropológica. Os conceitos e as noções que, muitas vezes, já foram rebobinados e re-significados pela própria antropologia são constantemente utilizados de modo superficial para se referirem aos imigrantes.

A utilização de termos como cultura, etnia, diversidade cultural, multiculturalismo, interculturalismo, entre outros, estão na pauta cotidiana dos discursos que opinam sobre "o que fazer" e "como fazer" com os imigrantes na cidade. Muitas vezes, utilizados de modo banal, esses conceitos terminam, incoerentemente, sendo argumentados de modo distorcido para justificar ou fundamentar determinadas ações políticas que visam manter uma parte da população nos estratos mais vulneráveis da estrutura social e, portanto, nos pontos de exclusão.

Entretanto, a noção de etnia aparece como uma das mais utilizadas na retórica desses discursos. Segundo Aramburu (2000), depois da Segunda Guerra Mundial, muitos foram os autores que substituíram a noção de "raça" pela de "etnia" como critério de categorização sociocultural. Do século XV ao XIX, o termo raça esteve presente no vocabulário europeu como associado a uma vertente mais biológica, que determinava, em parte, as características psicológicas, intelectuais e comportamentais da pessoa ou do grupo. No entanto, depois das atrocidades mundialmente conhecidas na Segunda Guerra Mundial e com os avanços científicos, demonstrando que na espécie

humana não existem "raças" em termos estritamente biológicos, esse termo foi entrando em desuso e em descrédito, sobretudo porque ficou comprovado que, por debaixo da pele e dos traços físicos, os seres humanos são quase que idênticos geneticamente (Wieviorka, 1992).

Ademais, se de alguma maneira a palavra raça ressuscitava o velho demônio do racismo, as categorias étnicas, ao colocar uma acentuação em especificidades culturais, marcavam distâncias das questões biológicas ou genéticas. Assim, as categorias étnicas ou culturais são racializadas, garantindo o caráter ideológico-político de um sistema que visa manter a discriminação e a dominação de um grupo sobre o outro. Em lugar de *inferiorizar* o "outro" por um marcador biológico, o que se faz é exaltar e hierarquizar as *diferenças* "étnicas" e as *identidades culturais*, em que a identidade coletiva se concebe cada vez mais em termos étnicos ou culturais e apenas esporadicamente se faz referência ao "sangue" ou à "raça".

Dando um passo mais adiante, seria oportuno colocar mais lenha na fogueira que polemiza sobre os chamados novos racismos e as novas retóricas de exclusão. Até que ponto não seria pertinente questionar se essa ênfase em exaltar a diferença absoluta, irredutível e incomensurável das "identidades culturais" não esconde um racismo "camaleônico", "diferencial"; "clandestino" ou "polimórfico" (Balibar, 1991; Goldberg, 1993 e Taguieff, 1990) que muda de cor e de forma, podendo adotar diferentes critérios conforme o que seja coletivamente mais assimilado como pertencente à "ordem natural das coisas". Naturalizando as diferenças e fundamentando as desigualdades sociais, formulam-se novas formas de racismos que mudam constantemente de acordo com o contexto histórico e social.

Assim, pode-se falar de um racismo cultural ou étnico que, ao diferenciar negativamente as particularidades de determinado grupo humano, justifica a sua exclusão por indicar um certo tipo de inferioridade étnica ou cultural. O processo de racialização se fundamenta agora em especificidades religiosas, nacionais,

regionais, etc, que justificam e racionalizam sistemas de desigualdade, exploração, opressão e conflito. Da mesma forma que advoga pelo direito de salvar a inexistente integridade cultural do grupo receptor, nem que para isso tenha que marginalizar, excluir, expulsar ou impedir o acesso dos supostos "intrusos" que ameaçam a "pura" e "magnífica" coesão cultural. Dessa maneira, reedita-se a terrífica imagem do bárbaro invasor que ameaça com sua periculosidade e, por isso, é necessário se livrar dele o quanto antes.

A utilização trivial da palavra etnia para designar grupos, produtos e condutas dos imigrantes exalta uma diferença que contrasta com uma inexistente pureza cultural do chamado grupo autóctone. Assim, um restaurante paquistanês ou um açougue marroquino, em Barcelona, são denominados de negócios étnicos, enquanto um Ginos ou um Bob's são franquias multinacionais. Um programa de televisão árabe é denominado de mídia étnica, mas um da BBC não. No repertório do conjunto étnico, encontra-se uma infinidade de termos como bairros, comidas, músicas, danças, entre outros, que insistem, sem trégua, em "etnificar" determinado grupo de imigrantes, considerando algumas particularidades dos indivíduos como se fossem características inatas, semelhantes a uma espécie de código hereditário. Inclusive dentro do próprio grupo nacional, utilizam de modo pejorativo o termo etnia, no sentido de inferiorizar determinado grupo de imigrantes internos. Outro dia, alguém falava em um desses "não-lugares" (Augé, 1995) urbanos de São Paulo em uma possível "etnia nordestina", da mesma forma que se fala de etnia negra, latina, indígena, cigana, árabe; em contrapartida, etnia paulistana, inglesa ou americana é impensável. O curioso é que dentro de uma cidade como, por exemplo, São Paulo, que na definição do poeta "é o país dentro do país"¹, apenas alguns sotaques ou especificidades regionais são exaltadas negativamente. A transformação de determinados sujeitos urbanos em minorias étnicas, em nome de uma suposta diferença cultural, termina por deixar claro que, a exemplo de todas as experiências históricas do racismo, o que se trata é de combinar

uma hierarquização com uma diferenciação, a fim de marginalizar, excluir e explorar determinado grupo humano.

Tanto as retóricas culturalistas ou o "fundamentalismo cultural", para fazer alusão a Stolcke (1995), como a transformação do imigrante em personagem público responsável por todos os males sociais, são utilizados para aumentar a antipatia popular com os imigrantes e justificar as retóricas de exclusão. Enquanto se tenta "homogeneizar" determinados aspectos da população autóctone, esquece-se de visualizar a heterogeneidade dos imigrantes.

A retórica excludente utilizada também no meio popular está baseada em estereótipos homogêneos, ainda que cotidianamente muitas pessoas tenham contato direto com os imigrantes, elas insistem em empregar atributos generalistas ao se referir aos árabes, aos latinos, aos chineses, ou a outros coletivos, inclusive quando se utilizam da sua própria experiência pessoal e cotidiana. É relativamente habitual se escutar de um trabalhador europeu que determinado grupo de imigrantes se comporta segundo determinados estereótipos, mas que conhece um companheiro de trabalho que é uma exceção. Essa ressalva acaba confirmando que, através da exceção, corrobora-se uma perversa generalização preconceituosa dos chamados imigrantes. Outro dia eu escutava uma frase em uma conversa informal que ilustra essa reflexão: *"eu vou me casar com uma africana, mas ela é jornalista, culta, inteligente e trabalhadora. Minha família que é um pouco racista, no começo não gostou da idéia, mas até que está aceitando pelo fato de ser uma negra como ela"*.

De modo geral, essas posições e esses discursos racistas, xenófobos ou carregados de "alterofobia", para utilizar um pensamento de San Román (1996), não são rígidos e se mesclam com outras questões de ordem puramente ideológica. Naturalizando as desigualdades e negando aquilo que Lefevre (1978) chamou um dia de o "direito à cidade", os imigrantes residentes nas principais urbes européias são vítimas de um insólito "racismo sem raça".

DISCURSOS, RETÓRICAS E METÁFORAS DE EXCLUSÃO

O jogo simbólico que está por trás da própria denominação imigrante, opera no sentido de marginalizar determinados grupos, fazendo com que ocupem lugares inferiores no sistema social e sejam responsabilizados por todos os tipos de males. Inclusive no caso de pessoas que gozam plenamente dos mesmos direitos jurídicos e políticos do Estado-nação, como no caso dos estrangeiros que obtiveram a dupla nacionalidade ou dos próprios imigrantes internos, eles estão condenados a viver à margem, nos lugares inferiores da estrutura social. Ainda que tenham o direito de equidade perante a lei, são vistos socialmente como atrasados e com dificuldades de entender o "universo cultural" da sociedade receptora.

A propósito, essa operatividade simbólica fica mais evidente quando se percebe como a designação daquele que poderia ser denominado como "imigrante" pode variar de acordo com o contexto sociopolítico de determinado lugar. A Espanha pode ser citada como um bom exemplo para ilustrar esse raciocínio. Nas últimas duas décadas, com a afluência de imigrantes originários fundamentalmente da África, da América Latina e da chamada Europa do Leste, a Espanha se consolidou como um país receptor de trabalhadores estrangeiros, e a imigração nesse país foi profundamente ressignificada. Os imigrantes internos foram pouco a pouco perdendo seu "grau de imigridade". As pessoas procedentes de outras regiões da Espanha, que eram denominadas pejorativamente, por exemplo, como "xarnegos" ou "maketos", na Catalunha e no País Basco, respectivamente, ficaram invisibilizados com a chegada dos imigrantes estrangeiros. Já os chamados "moros" ou "sudacas", como são conhecidos de modo pejorativo os árabes e os latino-americanos, respectivamente, foram ganhando um lugar de diferente e estranho, que antes pertencia aos imigrantes internos. Se em um passado recente, as pessoas vistas como

perturbadoras da paz social, como barulhentas, com um sotaque “deselegante”, mal-educadas, com um temperamento agressivo e com costumes que, inclusive, poderiam ameaçar a integridade cultural da comunidade receptora eram os chamados imigrantes internos, na atualidade os estrangeiros passaram a ser culpabilizados por todos os males possíveis.

Por outro lado, não seria inoportuno questionar as chamadas ciências sociais ou humanas, a fim de entender o que define o imigrante como uma categoria social. A propósito, caberia o questionamento sobre quem na cidade merece ser definido e taxado como imigrante. Sabe-se que o termo imigrante procede da demografia e faz referência a uma pessoa que saiu de seu lugar de origem para viver em outro. Seguindo essa lógica, Delgado (1996) indaga sobre a validade desse argumento, no âmbito da produção acadêmica, dado que a expressão imigrante constitui um participio do presente, que indica um estado ainda em trânsito. Sendo assim, somente poderia ser denominado imigrante uma pessoa que acaba de chegar, uma figura efêmera que logo será absorvida pela dinâmica da urbe. Para quem já está estabelecido no seu lugar de destino, haveria, então, que se empregar o termo “imigrado”. Seguindo esse raciocínio, seria mais paradoxal ainda falar de imigrantes de “segunda ou terceira geração”, dado que esses estariam sendo identificados pelos deslocamentos de seus ascendentes, marcando-os, assim, com uma espécie de “pecado natural” ou uma marca indelével de “imigridade”, quando, de fato, já estão há muito tempo imersos no tecido social urbano². Dando continuidade às considerações do mencionado autor, aquele a quem se denomina imigrante não é uma figura objetiva, senão um personagem imaginário, em que recai um atributo carregado de princípios negativos, cuja intencionalidade passa pela ordem ideológica.

Em contrapartida, o próprio Estado-nação se encontra diante de imprecisões, também carregadas de sentido ideológico, na hora de definir esse “personagem conceitual”, para fazer eco a Deleuze. Nem a toda pessoa que abandonou seu território

de nascimento é conferido o mesmo qualificativo de imigrante. Dessa forma, as denominações de “estrangeiro” e de “imigrante” recebem um reconhecimento distinto. Para Sayad (1998), ambas as expressões não implicam, necessariamente um mesmo estatuto social. No que se refere ao marco jurídico, existe uma legislação que regula o estrangeiro, seus direitos e seus deveres, com relação à sua presença e permanência dentro do território. Já do ponto de vista social, surge a figura de “imigrante”. Enquanto a denominação de estrangeiro, em geral, está associada a um indivíduo procedente de uma nação economicamente mais desenvolvida, a de imigrante significaria, justamente, o contrário, uma pessoa que é natural de um país ou lugar economicamente menos favorecido, que tem um umbral de pobreza muito grande e por isso “exporta” imigrantes³.

Os imigrantes também são vítimas de metáforas que provocam a hostilidade popular, em que, muitas vezes, são comparados a um câncer, a uma epidemia ou a uma praga que cresce e destrói tudo e todos. Na observação de Van Dijk (1997), o tratamento da mídia e parte do discurso da opinião pública sobre os imigrantes, em diversos países da Europa, está constantemente associado à violência, aos distúrbios, ao caos urbano e às manifestações. Em muitas ocasiões, associa-se a imagem dos imigrantes procedentes da África, que chegam em embarcações precárias, com destino às costas espanholas, a eventos que causam temor na população, como, por exemplo: *avalanche* de imigrantes, *bomba* da imigração, *maremoto* de imigrantes.⁴ Dessa forma, as pessoas originárias do chamado Terceiro Mundo que vivem nos países “desenvolvidos”⁵ são acusadas constantemente de todas as mazelas e desgraças possíveis. No entanto, as temáticas relacionadas ao êxito e às contribuições dos imigrantes nos diversos campos sociais, assim como os aportes das suas experiências de vida e das ações não-estereotipadas, são, com frequência, desvalorizadas.

De modo geral, a prática discursiva em relação ao imigrante está dotada de sentidos e ênfases que convertem o

estrangeiro em uma figura que gera pânico social. Na Espanha, por exemplo, enquanto os cientistas sociais das mais diversas províncias espanholas vêm denominando de “fenômeno” a imigração não-comunitária, o discurso político, os meios de comunicação e a opinião pública em geral a classificam como um “problema”⁶. Essa identificação da imigração como um “problema” se viu refletida nas pesquisas de opinião pública⁷, revelando que a imigração já se constitui como o terceiro “problema” para a população espanhola, só ficando atrás do desemprego e do terrorismo do grupo ETA⁸. Assim, essa representação promove sentimentos de incômodo, insegurança ou medo com respeito aos imigrantes. A denominação de “problema” para definir o “fenômeno” da imigração, apresentando-o como uma ameaça à estabilidade social do Estado, bem como as contínuas medidas sociojurídicas e administrativas que limitam a cidadania do imigrante e os crescentes discursos que exaltam a homogeneidade cultural como condição do ideal de convivência social, traduzem-se, para Stolcke (1996), em uma *nova retórica da exclusão na Europa*.

Os imigrantes se vêem imersos nos mecanismos de vigilância e controle que alcançam de modo mais contundente aqueles rotulados como diferentes. Reconhecidos e caracterizados socialmente como tais, seja pelo seu aspecto físico, pelo seu modo de falar, pelos seus costumes específicos, seja por qualquer outro aspecto que possa considerar-se como um sinal de pertencer a um país menos desenvolvido economicamente, os imigrantes são distinguidos como “gente diferente”.

Dessa maneira, são freqüentes os interrogatórios a que são submetidos os imigrantes, que podem vir tanto de policiais que os surpreendem enquanto passeiam pelos espaços públicos, como de um companheiro de trabalho, de estudo ou de qualquer cidadão, na zona rural ou urbana. Cotidianamente questionados e vigiados, para utilizar uma metáfora foucaultiana, os imigrantes são percebidos imaginariamente como “outro”, a partir de aspectos que acentuam a sua “estranheira”. Distinguido por supostas “diferenças”

culturais, raciais, fenótipas, entre outras, o imigrante fica cada vez mais vulnerável ao controle que o limita social e culturalmente. O seguinte discurso de um brasileiro ajuda a entender melhor como essas questões estão impregnadas no dia-a-dia:

“Eu sou brasileiro, mas como brasileiro é parecido mesmo com todo mundo, às vezes, tem gente que pensa que sou um africano. Um dia, entrei num desses botecos para comer alguma coisa, e já era tarde, entrei e perguntei se ainda tinha alguma coisa para picar e, em vez de o homem me responder o que tinha para comer, foi logo me dizendo que era melhor eu procurar outro lugar porque o que tinha era comida feita com carne de porco e que eu não podia comer porco. Fiquei sem acreditar, Meu Deus!!! Que ignorância, ele pensou que eu era muçulmano. É sempre assim, na rua, nas lojas, nas lanchonetes, todo mundo fica perguntando de onde eu sou, o que eu faço aqui (...), um bocado de pergunta, que às vezes enche o saco e tenho vontade de mandar todo mundo para aquele lugar (...), já o meu companheiro de piso, que também é brasileiro, só que é branco e parece um europeu, ninguém enche tanto o saco dele, desde que ele não abra a boca, porque quando abre a boca, com aquele espanhol misturado com sotaque de mineiro (risos) (...) todo mundo começa a fazer o mesmo interrogatório. Isso é pior de que no tempo que meu pai foi pedir ao meu avô a mão da minha mãe para casar. Acho que nem meu avô fazia tanta pergunta como esse pessoal faz aqui.” (Paulo, 28 anos; 2 em Barcelona. Trabalho de campo 2002)⁹.

A sua presença, identificada com frequência como procedente de uma região atrasada e pouco civilizada, em geral, é percebida como demograficamente excessiva. Quando os partidários de frear a imigração utilizam o chamado “imperativo territorial” dos etnólogos que afirmam que um grupo animal tende a defender seu território quando este é “invadido” entre 12% e 15%, para justificar a tendência “natural” de parte da sociedade a rechaçar os imigrantes em defesa da “manutenção da cultura”, eles “esquecem” que a cidade está formada por

um sistema aberto, complexo e ativo. Desde a física, autores como Prigogine e Stengers (1994), ao comparar a estrutura de uma célula com a de uma cidade, afirmam que ambas não somente são sistemas que estão abertos, senão que se alimentam e vivem de fato do mundo exterior.

Por outro lado, pode-se afirmar que o trabalho levado a cabo pelos imigrantes restringe-se às atividades que a maioria dos autóctones não aspira desempenhar. Ainda assim, não faltam os discursos que insistem em limitar a afluência de imigrantes sobre o argumento de que “eles” são os responsáveis pelo aumento do desemprego. Esse tipo de retórica parte do pressuposto de que, em uma economia estática e fechada, quando alguém ascende a um posto de trabalho, este é, necessariamente, perdido por outra pessoa. Nesse tipo de raciocínio, não se considera que o dinamismo econômico, nesse caso, impulsionado pela imigração, possa ser um motor que repercute numa maior ocupação profissional. Qualquer generalização resulta arriscada, mas é possível afirmar que, nos países europeus, os imigrantes tendem a ocupar postos de trabalho pouco qualificados, temporários e, na maioria dos casos, com baixa remuneração, realizados em condições precárias e sem participação ou presença sindical. Para Izquierdo (1996), está-se tratando de uma inserção profissional desfavorecida e do aumento da economia submersa, sem proteção e excluída de direitos.

Como “bodes expiatórios” de todos os males, os imigrantes são injustamente acusados pelas principais questões que preocupam a população. O desemprego, o aumento da insegurança, a deterioração dos serviços sociais, a escassez da moradia, entre outras temáticas que preocupam também o chamado Primeiro Mundo, são, muitas vezes, responsabilizadas pela “excessiva” presença dos imigrantes. Muitos são os líderes de partidos conservadores e da extrema direita que não se cansam em argumentar que os estrangeiros são os responsáveis por todas as desgraças morais e sociais. Ao acusarem de modo pragmático e mágico os imigrantes, “esquecem-se” de debater as principais causas da recessão econômica

e do ajuste capitalista que atinge praticamente toda a economia mundial.

Em suma, a figura do imigrante assume um exagerado protagonismo nas principais cidades européias, em que todos, seja nas conversas informais, nas associações de moradores, nas entrelinhas dissonantes dos discursos e das práticas dos políticos, nas tempestades de imagens e notícias da imprensa escrita ou televisiva, na quantidade de seminários, congressos, campanhas de sensibilização, em que a maioria das pessoas não cessa de opinar e divergir sobre como “integrar” os imigrantes ou o que fazer para que a população “tolere” essa presença. No entanto, referir-se aos imigrantes no espaço urbano em termos de integração, multiculturalidade, interculturalidade, etc., seria, outra vez, cair em um rodeio de palavras e incorrer em um circunlóquio, dado que, como adverte Delgado (1996), uma cidade é reconhecida como um lugar de hibridizações generalizadas e como um amontoado de legados e trânsitos que emergem em meio a um emaranhado de diversidades, em que aqueles que reivindicam o direito de igualdade o fazem justamente porque antes conquistaram o direito de ser reconhecidos como diferentes.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Questionar e repensar a operatividade simbólica que se criou em torno da figura do imigrante não desacredita a realidade atual das grandes cidades do planeta. Pelo contrário, intensifica uma reflexão que se centra em olhar o contexto urbano como um lugar em que a existência de imigrantes e do chamado fenômeno migratório é tão presente, como decisiva para a sua existência e reprodução. No entanto, em uma sociedade contemporânea marcada por humanidades diferenciadas, em que a dinâmica econômica e demográfica levou um grande número de pessoas a dividir o mesmo espaço público, apenas algumas diferenças são realçadas negativamente.

Da mesma forma, não se trata de desconhecer as diferentes formas de organização de vida e os distintos sistemas de significados dos grupos humanos. Igualmente, sabe-se que a humanidade se

comportou sempre de modo dinâmico e que já não é novidade afirmar que, nos últimos anos, o chamado objeto clássico da pesquisa antropológica, constituído basicamente por seres que viviam em sociedades tribais, isolados, que estavam em um lugar longínquo, agora estão também nas ruas, nas festas, na vizinhança, nos edifícios, nos bairros ou em uma atividade cotidiana da urbe. Com essa mudança sociocultural era de se esperar que as fronteiras, em seus múltiplos aspectos, fossem cada vez mais diluídas, entretanto, observa-se como os muros visíveis e invisíveis crescem cada vez mais com uma força assustadora.

Além disso, não cabe dúvidas de que a diversidade cultural existe por si mesma e que há uma diferença objetiva entre comunidades diferenciadas, apesar de que, como ensinou Barth (1976), esse tipo de identidade se forma em contraste com outros grupos. No entanto, o objetivo, aqui, não é entrar no mérito da discussão sobre a formação da identidade étnica, ao contrário, a intenção é apontar como se utiliza, politicamente, a diversidade cultural para excluir determinados grupos, ativando suas supostas diferenças para limitar e impedir qualquer possibilidade de estar em contato.

Assim, a dualidade, de certo modo esquizofrênica e carregada de um sentido ideológico, cria, de um lado, os autóctones, aqueles considerados “daqui”, e, de outro lado, os denominados imigrantes, os que são de “fora” e que deverão estar situados nos degraus mais baixos do sistema, porque são “perigosos” para a organização social e “ameaçam” a integridade e a pureza cultural e identitária. Entretanto, esse tipo de ordem, apesar de contradizer toda a lógica urbana, revela-se muito útil para a instalação de um preconceito e de uma discriminação que estará marcada por uma diferenciação e hierarquização. Em outras palavras, está-se diante de novas formas de racismos cada vez mais sutis e cruéis.

Concluindo, vale a pena ressaltar a idéia de que, no espaço urbano, ninguém deveria ser taxado de intruso, invasor, forasteiro ou mesmo imigrante, pois, parafraseando o filósofo, de alguma maneira, todo habitante de uma urbe é, de certa forma, estrangeiro em sua relação

com o espaço público.

* *Leonardo Cavalcanti é Pesquisador Pós-doutoral, Universidade Autônoma de Barcelona – Espanha.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc
(1995) *Los 'no lugares' espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Gedisa.
- ARAMBURU, M.
(2000) *Bajo el signo del gueto. Imágenes del "immigrante" en Ciutat Vella*. Tesis doctoral presentada en el Departamento de Antropología Social. Universidad Autónoma de Barcelona.
- BALIBAR, E. & WALLERSTEIN, I.
(1991) *Raza, nación y clase*. Madrid: Iepala.
- BARTH, F.
(1976) (comp.) *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: FCE.
- CASTELLS, Manuel
(1999) *Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- DELGADO, Manuel
(1996) *Ciutat i immigració*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor
(1990) *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo.
- GOLDBERG, D. T.
(1993) *Racist Culture. Philosophy and the Politics of Meaning*. Londres: Blackwell.
- IZQUIERDO, A.
(1996) *La inmigración inesperada. La población extranjera en España (1991-1995)*. Madrid: Editorial Trotta.
- LEFEBVRE, Henri
(1978) *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península.
- PRIGOGINE e STENGERS
(1994) *La nueva alianza*. Madrid, Alianza.
- SAN ROMÁN, T.
(1996) *Los muros de la separación. Ensayo sobre alterofobia y filantropía*. Barcelona: Tecnos; Universitat Autònoma de Barcelona.
- SASSEN, S.
(1991) *The global city: New York, London, Tokyo*, Princeton University Press.
- STOLCKE, V.
(1995) "Talking Culture: New Boundaries, New Rhetoric of exclusion in Europe". *Currently Anthropology*, 36, pág. 1-24.
- SAYAD, Abdelmalek.
(1998) *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- TAGUIEFF, P. A.
(1990) "La identidad francesa y sus

enemigos. El tratamiento de la inmigración en el nacional-racismo francés contemporáneo." *Debats*, 17 Valencia, pag. 22-42.

VAN DIJK, Teun A.

(1997) *Racismo y análisis crítico de los medios*. Buenos Aires: Paidós.

WIEVIORKA, M.

(1992) *El espacio del racismo*. Barcelona: Paidós.

NOTAS

1 - Caetano Veloso, em show por ocasião do aniversário da cidade de São Paulo, em janeiro de 2004.

2 - Quanto às pesquisas em migrações, a utilização do termo "imigrante", "imigrado" ou qualquer dos neologismos dos quais se faça uso, é indistinto, dado que todas essas expressões se referem a uma parte dos habitantes da cidade.

3 - É importante apontar que essa fronteira não é tão rígida, pois mesmo dentro de um mesmo grupo nacional que é identificado como um país de emigrantes, algumas pessoas podem ter um status social de "estrangeiro", como é o caso de diplomatas, artistas, estudantes, esportistas, entre outros.

4 - Como, por exemplo, as teses xenófobas utilizadas na última eleição da Suíça, que levaram ao poder Christoph Blocher, líder do partido de extrema direita suíço, o qual defendia na campanha eleitoral, entre outras coisas, que "o mal vem de fora".

5 - Entendido o conceito de desenvolvimento de acordo com os critérios estabelecidos pelos organismos internacionais.

6 - Ao se referir à opinião pública, à mídia e ao universo político, o texto não pretende assumir uma atitude generalista, tampouco afirmar que todos os espanhóis têm atitudes xenófobas ante o imigrante. Na Espanha, também existe um debate coerente que se propõe a "historicizar" a imigração e refleti-la de modo mais dinâmico. Além do mais, existem cerca de quatro milhões de espanhóis que participam ativamente como voluntários em instituições que trabalham, entre outras coisas, diretamente com os imigrantes. Assumir uma visão generalista, seria cair numa atitude preconceituosa com a academia e com uma significativa parcela da sociedade espanhola.

7 - Dados dos *Barómetros de Opinión del Centro de Investigaciones Sociológicas, CIS*, consultados em http://www.cis.es/bd_estudios.asp?tema=23; último acesso em 29 de novembro de 2002.

8 - O grupo ETA é uma organização separatista do País Basco que reivindica a independência de sua região, utilizando táticas terroristas.

9 - Esse relato foi extraído do trabalho de campo realizado pelo autor com o objetivo de construir sua tese doutoral, que teve como temática o estudo dos imigrantes brasileiros na cidade de Barcelona.